



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680313 - RS (2021/0220130-6)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : EZIQUIEL FILIPIAKI
ADVOGADO : EZIQUIEL FILIPIAKI - RS113985
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : CATIA DE OLIVEIRA MORAES (PRESO)
PACIENTE : CLARICE DE FATIMA CAMARGO (PRESO)
PACIENTE : ALISSON BATISTA BROCHADO SOUSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CATIA DE OLIVEIRA MORAES, CLARICE DE FATIMA CAMARGO e ALISSON BATISTA BROCHADO SOUSA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 5075527-28.2021.8.21.7000).

Os pacientes foram presos em flagrante, acusados pela prática de tráfico de entorpecentes, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que as prisões preventivas careceriam de fundamentação idônea, não estando presentes os requisitos necessários para a sua decretação, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que, em relação aos três pacientes, seria possível a substituição do cárcere por providências cautelares alternativas, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva dos pacientes, ainda que mediante a incidência de medidas cautelares mais brandas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou a decisão que decretou a prisão preventiva dos pacientes. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do decreto de prisão preventivo.

Publique-se e intime-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência